

# Há uma relação entre a dívida externa e o protecionismo agrícola

GAZETA MERCANTIL

11 MAI 1989

Flávio Teles de Menezes

Todas as correntes políticas têm abordado o problema crucial da Humanidade, neste final de século XX: a coexistência de um pequeno número de nações muito ricas e desenvolvidas, com uma renda "per capita" progressivamente elevada, com um grande número de nações pobres, em diferentes graus de sub desenvolvimento, dependência alimentar e/ou crises em suas balanças de pagamentos decorrentes de suas dívidas externas.

Por sua extensão territorial, recursos naturais ou vocação mineral ou agrícola, países como o Brasil, a Argentina, a Venezuela, por exemplo, têm fundadas razões para formular projetos nacionais de desenvolvimento.

Vários fatores podem ser apontados como causa de retardamento, ou de freio, a tal crescimento: baixos níveis de educação, crises políticas recorrentes, excessivo tamanho do setor público, deficientes sistemas tributários, entre outros. Um desses fatores merece especial atenção no momento em que se desenvolvem as negociações conhecidas como "Uruguay Round" no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio): a relação entre a dívida externa dos países menos desenvolvidos e a estrutura protecionista do comércio mundial de produtos agrícolas.

O total da dívida externa do Terceiro Mundo atingiu a soma de US\$ 1,3 trilhão neste ano. No ano passado, os dezessete maiores devedores repagaram US\$ 14,2 bilhões a mais do que foram capazes de tomar como empréstimo. Cerca de US\$ 40 bilhões fluem anualmente das nações endividadas para o mundo desenvolvido.

É claro que tal esforço gigantesco envolve dramáticas consequências para os países endividados: o processo de ajuste interno de suas economias é especialmente doloroso; fortes desvalorizações cambiais têm insuflado surtos inflacionários; o perfil da distribuição da renda nacional tem-se deteriorado; projetos de infra-estrutura, vitais para esses países, têm sido adiados ou cancelados; a própria estabilidade política institucional está constantemente em risco.

Também do lado dos credores surgem ameaças e riscos: desde o questionamento sobre a saúde financeira dos bancos individualmente considerados ou do sistema financeiro como um todo até repercussões no nível de exportações dos países desenvolvidos ou mesmo no seu nível de crescimento econômico, são muitas as preocupações entre os governantes dos países industrializados com a solução do problema do endividamento do Terceiro Mundo.

Ora, é exatamente sobre os riscos comuns inerentes ao agravamento da crise da dívida e sobre as perspectivas favoráveis que se abririam com sua solução que se desenvolvem negociações em vários fóruns



internacionais, desde o G-7 (grupo dos sete países mais desenvolvidos) até as reuniões de chefes de Estado dos países em desenvolvimento.

Vários países latino-americanos dispõem de vantagens comparativas notáveis em suas agriculturas ou no setor agro-industrial, a despeito da ocorrência de políticas domésticas desestimulantes. Nesses países, esse setor tem sido o de maior capacidade de geração de divisas, mas, ao mesmo tempo, o mais exposto às variações de preços decorrentes das flutuações dos juros, das taxas de inflação e das relações de câmbio a nível internacional.

Por outro lado, os países desenvolvidos têm definido e aplicado políticas agrícolas internas que provocam enormes distorções no comércio internacional. Assim, ao assinarem o Tratado de Roma, os países-membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) decidiram pôr em prática um sistema de normas e leis que visavam assegurar, a qualquer custo, a auto-suficiência agrícola. Para tanto, praticaram nos últimos trinta anos preços de intervenção (que se transformam em preços de garantia para seus agricultores) desmesuradamente altos em relação aos preços em vigor nos mercados mundiais; acumularam pilhas de carne, montanhas de leite em pó, lagos de vinho; venderam seus excedentes a preços aviltados, com enormes subsídios, distorcendo o comércio internacional, praticando "dumping", arrasando produtores agrícolas, seus concorrentes nos países em desenvolvimento.

Assim, também os Estados Unidos, nesta inexplicável corrida de subsídios, vêm gastando cifras astronómicas para manter certos setores de sua agricultura. Anualmente, os subsídios dados por vaca leiteira excedem a renda "per capita" da metade da população do mundo. Somente com o programa de proteção ao produtor de milho gastaram-se US\$ 12,4 bilhões no ano de 1987. Com os recursos aplicados na agricultura nos últimos dez anos (cerca de US\$ 160 bilhões), governo e consumidores dos Estados Unidos teriam comprado as terras e os equipamentos agrícolas de cerca da metade das fazendas americanas.

Assim, o Japão, cujo desenvolvimento econômico e capacidade de gerar superávits comerciais vêm assombrando o mundo, vem mantendo um isolacionismo cruel em seu comércio agrícola. Seus preços internos para o arroz representam cerca de dez vezes os preços pagos no Brasil. Somente no ano passado, suas fronteiras comerciais começaram a abrir-se para receber carne bovina e sucos cítricos em quantidades crescentes.

Não há, certamente, nenhum outro assunto mais crítico que a extrema injustiça praticada por esses países em relação à agricultura dos países em desenvolvimento. Como e por que exigir liberdade de fluxo financeiro, ao mesmo tempo que se nega a liberdade de fluxo comercial agrícola? Em nome de que princípios se obriga o consumidor europeu a pagar até três vezes mais pela

carne que consome, em vez de importá-la dos países com vantagens comparativas em produzi-la? Em nome da soberania nacional e do interesse de seus produtores rurais? Mas, como então mudar de princípio quando se trata de exportar taxas de juros altas e manter abertos fluxos financeiros para com os mesmos países discriminados comercialmente?

Não. Certamente não haverá mais como explicar a exportação dos efeitos sobre o comércio internacional das políticas agrícolas domésticas. Aproxima-se o tempo das mudanças. Já na última reunião do GATT, em Genebra, no

mês de abril, chegou-se a um primeiro acordo, incipiente embora, no sentido de congelarem-se nos atuais níveis os subsídios agrícolas. Resta muito a fazer. E cabe ao Brasil papel primordial nas negociações que se seguirão. Pois, com termos justos de troca, romperemos a inércia do desenvolvimento, podermos caminhar para o interior, abrindo nossas fronteiras do cerrado, reduzindo custos e preços, beneficiando nossos consumidores e os dos países desenvolvidos.

Flávio Teles de Menezes é presidente da Sociedade Rural Brasileira.